



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Daimler Mobility Brasil Holding S.A. (nova denominação da Starexport Trading S.A.) submete à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração, as demonstrações financeiras Individuais e Consolidadas acompanhadas das Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

As entidades consideradas na consolidação das demonstrações financeiras são constituídas e domiciliadas no Brasil.

A sede da Daimler Mobility Brasil Holding S.A. está localizada na Avenida do Café, 277, na cidade de São Paulo.

A Daimler Mobility Brasil Holding S.A. tem por objetivo social a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, quotista ou acionista.

A Daimler Mobility Brasil Holding S.A., tem investimento nas seguintes empresas: Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. está organizado e autorizado a operar como Banco Múltiplo com as seguintes carteiras: (i) Arrendamento Mercantil; (ii) Crédito, Financiamento e Investimento; e, (iii) Investimento, inclusive sujeito às normas e controles do Banco Central do Brasil. A Daimler Mobility Brasil Holding S.A. tem uma participação societária de 100% em 2019 (100% em 2018).

A Mercedes-Benz do Brasil Assessoria Comercial Ltda. tem como objeto social a prestação de serviços de consultoria e assessoria em operações e atividades correlatas aos mercados financeiro e de capitais, elaboração e execução de projetos, pesquisas de mercado e de opinião em geral, compra e venda de imóveis comerciais e residenciais, administração de imóveis próprios e de terceiros, arrendamento, exploração comercial, locação e sublocação de imóveis comerciais e residenciais e participações em outras sociedades. A Daimler Mobility Brasil Holding S.A. tem uma participação societária de

100% em 2019 (100% em 2018).

A Mercedes-Benz Administradora de Consórcios Ltda. administrava os grupos de consórcio iniciados em anos anteriores e não tem constituído novos grupos. Desde 2011, a Administradora controla somente os recursos não procurados dos grupos encerrados. A Daimler Mobility Brasil Holding S.A. tem uma participação societária de 99,99% em 2019 (99,99% em 2018).

Agradecemos o empenho, a confiança e a credibilidade e em especial aos nossos funcionários e colaboradores, pela dedicação e empenho que possibilitaram o desenvolvimento de nossas atividades.

São Paulo, 29 de abril de 2020

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

Ativo	Nota	Individuais		Consolidadas	
		2019	2018	2019	2018
Ativo circulante		13.045	21.328	6.251.936	5.179.801
Caixa e equivalentes de caixa	12	560	4.657	89.891	100.044
Disponibilidades		560	4.657	83.890	91.738
Aplicações em depósitos interfinanceiros		–	–	6.001	8.306
Ativos financeiros	11.105	15.594	5.951.239	4.900.101	
Ao custo amortizado	14	–	–	5.890.753	4.822.587
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro		–	–	6.086.743	5.048.447
(-) Provisão para perda esperada		–	–	(195.990)	(225.860)
Ao valor justo por meio do resultado	15	11.105	15.594	60.486	77.514
Títulos e valores mobiliários		11.105	15.594	60.486	77.514
Ativos fiscais	25	1.380	932	177.708	138.035
Imposto de renda e contribuição social - correntes		1.380	932	65.869	33.685
Imposto de renda e contribuição social - diferido		–	–	111.839	104.350
Outros ativos	19	–	145	33.098	41.621
Ativo não circulante	2.028.131	1.704.448	6.838.335	4.942.247	
Ativos financeiros	16.366	–	6.336.257	4.412.633	
Ao custo amortizado	14	–	–	6.335.612	4.409.527
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro		–	–	6.546.402	4.616.042
(-) Provisão para perda esperada		–	–	(210.790)	(206.515)
Ao valor justo por meio do resultado	15	16.366	–	–	2.526
Títulos e valores mobiliários		16.366	–	–	2.526
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	15	–	–	645	580
Títulos e valores mobiliários		–	–	645	580
Ativos fiscais	25	1.975	–	292.746	313.893
Imposto de renda e contribuição social - correntes		–	–	–	31.323
Imposto de renda e contribuição social - diferido		1.975	–	292.746	282.570
Investimentos em controladas	16	2.004.566	1.700.107	488	488
Ativos tangíveis	17	–	–	9.931	6.381
Ativos intangíveis	18	–	–	9.718	9.746
Outros ativos	19	5.224	4.341	189.195	199.106
Total do ativo		2.041.176	1.725.776	13.090.271	10.122.048

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Passivo	Nota	Individuais		Consolidadas	
		2019	2018	2019	2018
Passivo circulante		5.421	14.691	6.655.564	4.679.184
Passivos financeiros		–	–	6.397.757	4.480.105
Ao custo amortizado		–	–	6.393.761	4.480.105
Depósitos	20	–	–	4.768.975	2.400.783
Obrigações por empréstimos e repasses	21	–	–	1.304.704	1.667.146
Títulos de dívidas emitidos	22	–	–	320.082	412.176
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		–	–	3.996	–
Instrumentos financeiros derivativos	13	–	–	3.996	–
Obrigações fiscais	25	5.318	–	147.060	97.906
Imposto de renda e contribuição social - correntes		5.318	–	147.060	97.906
Outros passivos	24	103	14.691	110.747	101.173
Passivo não circulante	4.911	7.600	4.403.863	3.739.379	
Passivos financeiros		–	–	4.115.183	3.456.616
Ao custo amortizado		–	–	4.115.183	3.456.616
Depósitos	20	–	–	2.363.548	632.095
Obrigações por empréstimos e repasses	21	–	–	1.751.635	2.522.996
Títulos de dívidas emitidos	22	–	–	–	301.525
Provisões	23	3.376	4.434	282.300	265.354
Obrigações fiscais	25	–	2.948	3.747	16.140
Imposto de renda e contribuição social - correntes		–	–	–	8.772
Imposto de renda e contribuição social - diferido		–	2.948	3.747	7.368
Outros passivos	24	1.535	218	2.633	1.269
Total do passivo		10.332	22.291	11.059.427	8.418.563
Patrimônio líquido atribuído aos controladores	26	2.030.844	1.703.485	2.030.844	1.703.485
Capital social		1.353.742	1.353.742	1.353.742	1.353.742
Reservas		664.808	340.737	664.808	340.737
Ajustes de avaliação patrimonial		12.294	9.006	12.294	9.006
Total do patrimônio líquido	2.030.844	1.703.485	2.030.844	1.703.485	
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.041.176	1.725.776	13.090.271	10.122.048

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

	Nota	Individuais		Consolidadas	
		2019	2018	2019	2018
Receita líquida		–	–	22.286	1.258.374
Custo das operações		–	–	(18.941)	(639.953)
Lucro bruto	6	–	–	3.345	618.421
Outras receitas/despesas operacionais	13.870	(2.098)	(207.021)	(246.835)	
Perda por redução ao valor recuperável de ativos de contrato	7	–	–	40.065	(15.801)
Despesas de pessoal	8	–	–	(89.731)	(87.616)
Despesas gerais e administrativas	9	(574)	(838)	(114.325)	(92.728)
Outras receitas e despesas operacionais	10	14.444	(1.260)	(43.030)	(50.690)
Resultado antes das receitas/(despesas) Financeiras líquidas e impostos	13.870	1.247	411.400	246.012	
Receitas financeiras		1.045	45.953	682	45.982
Resultado de participação em controlada	16	314.205	143.534	–	–
Resultado antes dos impostos	329.120	190.734	412.082	291.994	
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(5.313)	(16.582)	(137.458)	(114.122)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		264	–	49.447	(3.720)
Lucro líquido do exercício	324.071	174.152	324.071	174.152	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

	Individuais		Consolidadas	
	2019	2018	2019	2018
Lucro líquido do exercício	324.071	174.152	324.071	174.152
Outros resultados abrangentes	3.288	8.976	3.288	8.976
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.371)	90	(2.472)	56
Resultado de participação em controlada	(1.371)	90	–	–
Títulos e valores mobiliários	–	–	65	56
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	(2.537)	–
Efeito fiscal	–	–	1.101	(14)
Títulos e valores mobiliários	–	–	(40)	(14)
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	1.141	–
Outros resultados abrangentes	4.659	8.886	4.659	8.934
Resultado abrangente do exercício	327.359	183.128	327.359	183.128

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Resultados acumulados não apropriados	Total
			Legal	Especial			
Saldos em 1º de janeiro de 2018	1.353.742	15.213	11.849	211.589	30	–	1.592.423
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	174.152	174.152
Efeito de adoção ao IFRS 9	–	–	–	–	–	(13.529)	(13.529)
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	8.976	–	8.976
Destinações:							
Reserva legal	–	–	8.708	–	–	(8.708)	–
Reserva especial	–	–	–	165.444	–	(165.444)	–
Distribuição de dividendos	–	–	–	(58.537)	–	–	(58.537)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.353.742	15.213	20.557	304.967	9.006	–	1.703.485
Mutações do exercício	–	–	8.708	93.378	8.976	–	111.062
Saldos em 1º de janeiro de 2019	1.353.742	15.213	20.557	304.967	9.006	–	1.703.485
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	3.288	–	3.288
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	324.071	324.071
Destinações:							
Reserva legal	–	–	16.204	–	–	(16.204)	–
Reserva especial	–	–	–	307.867	–	(307.867)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.353.742	15.213	36.761	612.834	12.294	–	2.030.844
Mutações do exercício	–	–	16.204	307.867	3.288	–	327.359

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Daimler Mobility Brasil Holding S.A. ("DMO Brasil") nova denominação da Starexport Trading S.A., tem por objetivo social a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, quotista ou acionista.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 5 de novembro de 2019, foram deliberadas:

- Alteração do jornal de publicações da Companhia;
- Alteração da denominação social de Starexport Trading S.A. para Daimler Mobility Brasil Holding S.A.;
- Alteração da sede social da Companhia, passando a ser na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida do Café, 277, 5º e 6º andares, conjuntos 502, 601 e 602, Torre A, Vila Guarani, CEP 04311-900;
- Alteração do objeto social;
- Alteração do número máximo de Diretores e de disposições sobre a administração da Companhia;
- Acréscimo de previsão sobre a instalação de Conselho Fiscal e remuneração de seus membros;
- Alteração de disposição sobre dividendo obrigatório;
- Alteração de disposição sobre levantamento de balanços da Companhia;
- Eleição de novos diretores; e
- Consolidação do Estatuto Social.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram autorizadas para emissão conforme aprovação da Administração em 29 de abril de 2020.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da DMO Brasil, composta pelas empresas descritas no item c. desse capítulo, foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) e as interpretações IFRIC, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Na elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas, a DMO Brasil utilizou as práticas contábeis descritas na nota explicativa n° 4.

b. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em Reais (R\$). Exceto quando indicado, as informações financeiras expressas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

c. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as posições patrimoniais e financeiras e os resultados das companhias:

||
||
||



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

O montante do ativo fiscal diferido reconhecido é baseado nas evidências disponíveis sobre as condições na data do balanço e exige que a Administração realize julgamentos significativos, principalmente aqueles com base nas estimativas da Administração para o crescimento dos negócios e perdas de crédito. O julgamento da Administração leva em conta o impacto de evidências negativas e positivas, incluindo os resultados financeiros passados e projeções de lucro tributável futuro. Os passivos fiscais diferidos são compostos por obrigações fiscais e reconhecidos no momento de sua ocorrência. A nota explicativa nº 24 apresenta informações mais detalhadas sobre os impostos diferidos.

e. Provisões para ações judiciais

A política contábil da DMO Brasil para reconhecimento das provisões para ações judiciais está descrita na nota explicativa nº 4.

As provisões são passivos gerados no passado e que possuem um valor ou um prazo incerto. São reconhecidos nas demonstrações financeiras quando for considerado provável o risco de perda, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Passivo contingente é uma possível obrigação gerada por eventos passados, mas que somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não podem ser totalmente controlados pela Administração, ou uma obrigação presente de eventos passados que não foi reconhecida por não ser provável um fluxo financeiro de saída de recursos que incorporem os benefícios econômicos exigidos para liquidar a obrigação, ou o valor dessa obrigação não pode ser mensurado com confiabilidade. Portanto, uma provisão não é reconhecida nas demonstrações financeiras, sendo apenas divulgada.

A realização de ativos contingentes será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não podem ser totalmente controlados pela Administração. Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de decisão transitada em julgado em última instância.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Conversão de moeda estrangeira

As transações originalmente denominadas ou a serem liquidadas em moeda estrangeira são convertidas na moeda funcional usando as taxas de câmbio da data da transação ou da data da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira pela taxa de câmbio na data do balanço são reconhecidos no resultado.

b. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são representados por contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Disponibilidades e pelas Aplicações em Depósitos Interfinanceiros com prazo original igual ou inferior a 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

c. Instrumentos financeiros derivativos - IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor justo por ocasião dos balançotes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização. O valor de mercado contempla o risco de crédito da contraparte (ajuste de *spread* de crédito). Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações nas taxas de juros de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e estão classificados, de acordo com a sua natureza, na categoria de *hedge* de fluxo de caixa.

Nesta categoria são classificados os instrumentos financeiros derivativos destinados a compensar a variação do fluxo de caixa futuro estimado da instituição. Para estas operações os instrumentos financeiros derivativos são ajustados ao valor de mercado, sendo que a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações, líquida dos efeitos tributários, registra-se na conta "Ajustes de avaliação patrimonial", destacada do Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

Para os itens objeto que forem descontinuados da relação de *hedge* de fluxo de caixa e permanecem registrados no balanço, a reserva acumulada no patrimônio líquido será reconhecida de forma linear no resultado pelo período a decorrer da operação.

d. Ativos e passivos financeiros

(i) Classificação e mensuração de ativos financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, o Banco passou a aplicar o CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros e classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração:

- Custo Amortizado;
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes;
- Valor Justo por meio do Resultado.

Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado caso seja mantido em um modelo de negócio cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam pagamentos somente de principal e juros.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Um ativo financeiro é classificado como valor justo por meio de outros resultados abrangentes caso ele satisfaça ao critério de somente principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro.

Valor justo por meio do resultado - Todos os outros ativos financeiros são classificados ao Valor Justo por meio do Resultado. Além disso, uma entidade pode, no reconhecimento inicial, designar de maneira irrevogável um ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado se, ao fazê-lo, ela elimina ou reduz significativamente um descaçamento contábil que surgiria de outro modo.

(ii) Provisão para perda de crédito esperada

A perda de crédito esperada é mensurada através do cálculo do valor presente de todos os deficits esperados ao longo da vida de um instrumento financeiro. O deficit aqui utilizado é relacionado à diferença entre os valores de fluxo de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Banco espera receber. Uma vez que a perda de crédito esperada considera tanto o montante pago como o momento do pagamento, a perda de crédito esperada ocorre mesmo se o Banco espera ser pago integralmente, mas com atrasos com relação ao prazo contratualmente acordado.

A perda de crédito esperada é descontada à taxa original efetiva do instrumento financeiro com exceção dos instrumentos financeiros originados ou comprados com problemas de recuperação de crédito, os quais são descontados a uma taxa de juros efetiva ajustada determinada em seu reconhecimento inicial.

A mensuração da perda de crédito esperada e dos deficits de fluxo de caixa esperados também levam em consideração os valores de garantias dos ativos financeiros e qualquer outro fator/cláusula adicional ao crédito que fazem parte dos termos contratuais. Assim, são incluídos no cálculo de perda esperada os valores de fluxo de caixas referentes à monetização das garantias estabelecidas, tal como os custos de sua obtenção e seus valores de venda.

De acordo com a CPC 48 (IFRS 9), a perda de crédito esperada deve ser mensurada de maneira a refletir:

- Estimativa de probabilidade de perda ponderada e não enviesada;
- Valor temporal do dinheiro; e
- Toda informação razoável e suportável (se disponível sem custo ou esforços indevidos) na data de mensuração sobre eventos passados, condições atuais e previsões de condições econômicas futuras.

O Banco Mercedes-Benz, portanto, calcula a perda esperada através da média ponderada das perdas de crédito esperadas por toda a vida do ativo financeiro com seus respectivos riscos de "*default*" utilizados como peso para a ponderação.

Para refletir os riscos de "*default*" são utilizados dois índices principais com diferentes metodologias e projeções internas: a probabilidade da perda e a severidade de perda. Ambos os índices são construídos através de informações prospectivas e públicas sobre os ativos financeiros tal como o comportamento histórico de migração de contratos entre as diferentes faixas de inadimplência e suas respectivas perdas, recuperação histórica e esperada das possíveis perdas, garantias, determinação de critérios para aumento ou redução significativa de risco de crédito, cenários macroeconômicos e qualquer outra informação relevante para determinação da perda esperada.

O impacto macroeconômico ainda possui um fator de escala utilizado pelo Banco na mensuração da perda esperada denominado "*Future Expectation*" (FE). O fator de ajuste é determinado através da observação dos dados macroeconômicos existentes e suas projeções a fim de refletir as condições atuais e informações de crédito em relação a eventos futuros. Tal fator é revisado pela Administração em períodos trimestrais.

A partir de sua mensuração, o modelo de perda esperada demanda a classificação do ativo financeiro em três estágios, os quais são definidos da seguinte maneira:

Estágio 1: Nenhuma deterioração significativa da qualidade de crédito desde a data inicial de reconhecimento (aplicação de perda de crédito esperada de 12 meses).

Estágio 2: Deterioração significativa da qualidade de crédito desde a data inicial de reconhecimento (aplicação de perda de crédito esperada ao longo da vida da operação).

Estágio 3: Evidência objetiva de prejuízo, ou seja, ativos com problemas de recuperação (aplicação de perda de crédito esperada ao longo da vida da operação). Clientes específicos de alçadas de crédito mais elevadas considerados problemáticos são diretamente classificados nesse estágio.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1.

Aumento significativo no risco de crédito: O Banco Mercedes-Benz avalia diversos fatores e premissas para determinar se existe um aumento significativo no risco de crédito, tal como deterioração do fluxo de caixa do cliente, aumento da inadimplência, atrasos recorrentes, contraparte, reestruturações de crédito, etc. Além de fatores subjetivos, o Banco adota como premissas mínimas e objetivas para classificação e transição entre os estágios:

Estágio 1: Inclui todos os contratos sem deterioração significativa da qualidade de crédito, ou seja, novos ativos financeiros ou ativos que possuam menos de 31 dias de atraso. Dessa forma, todos os ativos financeiros são inicialmente alocados nesse estágio.

Estágio 1 para Estágio 2: Ativos financeiros que demonstrem deterioração significativa de sua qualidade de crédito são alocados no Estágio 2. A deterioração significativa de crédito é definida como:

- Atrasos iguais ou superiores a 31 dias;
- Aumento significativo no risco de "*default*" (probabilidade de perda esperada);
- Aumento significativo das taxas de perda.

Estágio 2 para Estágio 3: Ativos financeiros com evidência objetiva de prejuízo/dificuldade de recuperação devem ser alocados no Estágio 3. A evidência objetiva de prejuízo de um ativo financeiro e de sua dificuldade de recuperação é definida como:

- Significativa dificuldade financeira do emitente ou mutuário;
- Violação de cláusulas ou termos de contrato;
- Violação dos termos de garantia acordados por parte dos avaliistas;
- Probabilidade crescente de falência ou outra reorganização financeira por parte do mutuário;
- Desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras;
- Compra ou origem de um ativo financeiro com desconto significativo que reflita em perdas de crédito incorridas;
- Atrasos iguais ou superiores a 91 dias ou 61 dias para clientes/operações individualmente relevantes;
- Operações de crédito reestruturadas.

A mensuração das perdas no valor recuperável dos ativos deve ser realizada de modo a segregar as operações/clientes individualmente relevantes e aquelas individualmente não relevantes que possuam similaridades de modo a serem avaliadas coletivamente.

A revisão dos ativos financeiros individualmente relevantes é realizada mensalmente pela Administração, ou mais frequentemente quando circunstâncias individuais assim o exigirem. Provisões para redução ao valor recuperável sobre contas individualmente avaliadas são determinadas através de uma avaliação caso a caso das perdas nos fluxos de caixa originalmente esperados em comparação ao novo fluxo de caixa da operação esperado na data do balanço. Esta avaliação inclui as garantias (incluindo as prováveis despesas decorrentes de todo processo até a execução das garantias) e os recebimentos.

(iii) Compensação de instrumentos financeiros

Quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e uma intenção de realizá-los numa base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente os ativos e passivos financeiros são compensados e é apresentado no balanço patrimonial o valor líquido. Não há compensação de instrumentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

(iv) Operações de crédito renegociadas

A Administração considera como eventos de renegociação, qualquer alteração contratual (prazo, fluxo, desconto, etc.) ocasionada devido a uma dificuldade de pagamento por parte do cliente, sendo estes eventos indicativos de perda no valor recuperável dos ativos. A partir destes eventos as operações são classificadas como Estágio 3 e, nos fluxos financeiros esperados, passam a ser considerados eventuais custos legais e do processo de recuperação. Embora os mesmos não sejam considerados como vencidos, sua provisão é calculada com base na comparação do fluxo financeiro originalmente pretendido e o novo fluxo financeiro afetado pelo evento de perda identificado e considerando todas as garantias.

(v) Baixa de instrumentos financeiros

Ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais do recebimento dos fluxos de caixa provenientes desses ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios, o Grupo Financeiro Mercedes-Benz avalia o controle do instrumento, a fim de assegurar seu envolvimento contínuo ou ativo.

(vi) Reclassificação de ativos financeiros

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), a reclassificação de ativos financeiros é exigida caso o modelo de negócios no qual são mantidos mude após o reconhecimento inicial, e caso a mudança seja significativa para as operações da entidade.

Não há reclassificações nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

(vii) Classificação e mensuração de passivos financeiros

Depósitos de instituições financeiras e de clientes, obrigações por empréstimos e repasses e títulos de dívidas emitidos são mensurados pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de juros, a qual desconta os pagamentos futuros estimados ao longo da existência do instrumento. O cálculo da taxa efetiva inclui todas as despesas e receitas incrementais associadas ao instrumento financeiro. As despesas de juros correspondentes destes instrumentos financeiros são incluídas na demonstração consolidada do resultado na rubrica de despesas com juros e similares.

e. Ativos tangíveis

Os itens do ativo imobilizado são demonstrados ao custo, subtraindo-se a depreciação acumulada e eventuais perdas no valor recuperável. A depreciação é efetuada de modo a reconhecer o custo, menos o valor residual estimado de cada ativo. Ela é calculada pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais:

- Móveis e equipamentos de uso - 10%;
- Sistema de processamento de dados (equipamento) - 20%;
- Sistemas de comunicação - 10%;
- Sistemas de transporte - 20%;
- Instalações - 10%.

Os custos subsequentes são adicionados ao valor contábil do ativo ou reconhecidos como outro ativo, dependendo do caso, somente quando houver probabilidade de que serão gerados benefícios econômicos futuros associados ao ativo. São reconhecidos no resultado do período em que são incorridas todas as despesas relativas à manutenção e reparo.

Ao final de cada exercício os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, caso seja apropriado.

f. Ativos intangíveis e ágio

Os ativos intangíveis são constituídos por aquisição de licença de direito de uso de *softwares* e cujas amortizações são efetuadas às taxas de 20% ao ano, que consideram o prazo de vida útil dos ativos. O ágio na Mercedes-Benz do Brasil Assessoria Comercial Ltda. é proveniente da aquisição da Mercedes-Benz Corretora de Seguros Ltda. no ano de 2009 e foi baseado em laudo de avaliação de empresa especializada que utilizou como base de cálculo expectativa de rentabilidade baseado em projeção de resultado de exercícios futuros.

(i) Redução no valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Na data-base de divulgação das demonstrações financeiras, a empresa tem como prática a revisão quanto a eventos ou circunstâncias que indicam que o valor contábil de um ativo não financeiro pode ser irrecuperável. Essa revisão ocorre ao menos anualmente, mas caso ocorram eventos ou mudanças que indiquem uma possível perda de valor recuperável, este teste pode ser efetuado com maior frequência. Na existência de alguma indicação de perda, deve ser calculado o valor recuperável deste ativo.

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros deve ser reconhecida como perda quando o valor contábil do ativo for maior do que o valor recuperável. As perdas por *impairment* deverão ser registradas no resultado do período em que foram identificadas.

g. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A provisão para imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 240 mil ao ano. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) da Daimler Mobility Brasil é calculada à alíquota de 15%. Para as empresas Banco e Leasing é calculada à alíquota de 15% até 31 de agosto de 2015 e 20% a partir de 01 de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018, e para a Corretora e Assessoria é utilizado 9%, sendo que, em ambos os casos, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

São reconhecidas as despesas de IRPJ e CSLL na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação registrada diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil nas demonstrações financeiras. O ativo fiscal diferido é reconhecido na medida em que for provável que haverá lucros tributários futuros para compensação com essas diferenças.

Os impostos correntes e diferidos (ativos e passivos) são reconhecidos como benefício ou despesa de imposto de renda na demonstração consolidada do resultado. Os créditos tributários de IRPJ e CSLL, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de CSLL e adições temporárias, são registrados na rubrica ativo fiscal diferido, e a provisão para as obrigações fiscais diferidas é registrada na rubrica passivo fiscal diferido.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

h. Valor justo

Para mensuração do valor justo e critérios de hierarquia, a empresa utiliza premissas de acordo com cada tipo de instrumento financeiro e através de dados disponíveis no mercado. As informações detalhadas estão disponíveis na nota explicativa nº 11.

i. Ativos não correntes mantidos para a venda

São classificados na categoria de ativos não correntes mantidos para a venda e reconhecidos na rubrica Outros Ativos no Ativo Circulante, os bens retomados por execução de garantias prestadas em operações de créditos não performadas cujo valor contábil venha a ser recuperado, principalmente por meio de uma transação de venda, ao invés do uso continuado.

Para este ser o caso, o ativo deve estar disponível para a venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas aos termos que sejam usuais e habituais para vendas desses ativos e sua venda deve ser altamente provável.

Uma vez classificados nesta categoria, os ativos são mensurados ao menor dentre o valor contábil ou valor justo menos os custos para venda.

Estes ativos não são amortizados e estão sujeitos a "*impairment*". A perda por "*impairment*" é reconhecida no resultado e podem ser revertidas.

j. Arrendamentos financeiros e operacionais - Arrendador

Os arrendamentos operacionais representam as operações de arrendamento que não são classificadas como arrendamentos financeiros. Quando o Banco arrenda equipamentos e há uma transferência de todos os riscos e benefícios de sua titularidade ao arrendatário, a operação será contabilizada como arrendamento financeiro.

É incluído na conta empréstimos e recebíveis o investimento líquido em arrendamentos financeiros; já as receitas brutas no prazo do arrendamento são reconhecidas de modo a gerar uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido. Os pagamentos a receber são apresentados na rubrica operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro. Os custos diretos de arrendamentos são incorporados ao valor do reconhecimento inicial do ativo.

k. Valores residuais

O risco de valor residual ocorre devido à incerteza do valor de um ativo ao fim do prazo do contrato. Ao longo da vida do ativo, seu valor residual irá variar devido a incertezas do mercado futuro, a mudanças tecnológicas ou inovações em produtos e a condições econômicas em geral.

Os valores residuais são definidos no início do contrato de arrendamento com base nas expectativas da Administração de valores futuros. Durante o prazo do arrendamento, os valores residuais são revisados anualmente, de modo a identificar qualquer possível redução no valor recuperável. Qualquer redução no valor residual que resulte em uma redução no valor recuperável de um ativo é reconhecida imediatamente.

l. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando for provável haver necessidade de recursos econômicos para liquidar uma obrigação legal atual ou construtiva, como resultado de eventos passados, e o valor da obrigação puder ser estimado de maneira confiável.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados conforme a seguir:

(i) ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

(ii) provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

(iii) passivos contingentes - classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação;

(iv) obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal;

(v) depósitos judiciais - são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes.

m. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto por capital social, reservas de capital, reservas de lucros e prejuízos acumulados. O capital social e as reservas estão detalhados na nota explicativa nº 26. O capital social é composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Os dividendos sobre ações são reconhecidos no momento em que são aprovados pela Assembleia Geral.

n. Receita e despesa líquida de juros e similares

São reconhecidas na demonstração individual e consolidada do resultado as receitas e despesas de juros e similares sobre ativos e passivos financeiros utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. O método da taxa efetiva de juros é utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar receitas ou despesas de juros no respectivo período.

A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros estimados ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, o Grupo Financeiro Mercedes-Benz estima os fluxos de caixa, considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuro. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e os outros prêmios ou descontos.

o. Receitas e despesas de taxas e comissões

As despesas e receitas de taxas e comissões, quando forem adicionais e diretamente relacionadas à transação com instrumentos financeiros, são incluídas no cálculo da taxa de juros efetiva.

Quando não fazem parte dos juros efetivos e são decorrentes da negociação ou participação na negociação de uma transação com terceiros, são reconhecidas de acordo com a competência à medida que os serviços são prestados, registrados em receita de prestação de serviços.

p. Resultado de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Na rubrica resultado de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são contabilizados os ganhos e perdas realizados e não realizados provenientes do ajuste do valor justo e o resultado relacionado à negociação de referidos ativos financeiros.

A baixa de passivos financeiros é feita quando há a extinção deles, quando é realizado o pagamento, seu cancelamento ou há a sua expiração.

5. NOVOS PRONUNCIAMENTOS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

a. Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2019

• CPC 32 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração da IAS 12 - Tributos sobre o Renda quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de impostos sobre o lucro pela autoridade tributária. Esta interpretação é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019 e gerou um impacto de R\$ 38.400 no exercício de 2019 nos créditos tributários calculados pelas expectativas de realização.

• CPC 06 (R2) - Arrendamentos: O pronunciamento substitui o CPC 06 (R1) IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando o único modelo de arrendamento, que consiste em: (a) reconhecer inicialmente todos os arrendamentos no ativo (Ativo de Direito de Uso) e passivo (Outros Passivos) a valor presente; e (b) reconhecer a depreciação do Ativo de Direito de Uso e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Não houve impactos para as demonstrações contábeis consolidadas do grupo.

b. Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis consolidadas e não foram adotados antecipadamente:

• Alteração no CPC 00 - Estrutura Conceitual - Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (*Conceptual Framework*) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até sua data de entrada em vigor.

• Alterações no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Devido à reforma nas taxas de juros utilizadas como referências de mercado - IBOR (*Interbank Offered Rate*), que será finalizada em períodos futuros, poderá haver incertezas nas avaliações das estruturas de *hedge accounting*. As alterações normativas visam minimizar eventuais impactos nessas estruturas no cenário atual de pré-substituição de taxas. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020. Não foram identificados impactos para as demonstrações financeiras consolidadas do grupo.

CPC 50 - Contratos de Seguro: O pronunciamento substitui o CPC 11 (IFRS 4) - Contratos de Seguro e apresenta três abordagens para avaliação:

i) Modelo Padrão: aplicável a todos os contratos, principalmente aos contratos de longo prazo;

ii) *Premium Allocation Approach* (PAA): aplicável aos contratos com duração de até 12 meses e com fluxos de caixa pouco complexos. É mais simplificado que o modelo padrão, porém pode ser utilizado somente quando produz resultados semelhantes ao que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão;

iii) *Variable Fee Approach*: abordagem específica aos contratos com participação no resultado dos investimentos.

Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise de quatro componentes:

- Fluxos de Caixa Futuros Esperados: estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato, considerando entradas e saídas de recursos;
- Ajuste ao Risco: estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa;
- Margem Contratual: diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início do contrato;
- Desconto: fluxos de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que reflitam as características dos respectivos fluxos.

Na minuta formalizada na Audiência Pública nº 01/2019 o CPC 50 tem como início de vigência o dia 1º de janeiro de 2021, entretanto o IASB postergou o início para 1º de janeiro de 2022. O CPC menciona a *Exposure Draft* emitida pelo IASB em 2019 e afirma que a minuta foi finalizada para fins da Audiência Pública e que não descarta possíveis emendas.

6. LUCRO BRUTO

	Individuais	Consolidadas
	2019	2018
Receita líquida com juros, prestação de serviços e vendas	22.286	1.258.374
Receita líquida com juros e similares	1.218.336	954.738
Empréstimos e recebíveis	1.214.057	950.404
Aplicações financeiras de liquidez	4.279	4.334
Receita líquida com prestação de serviços	40.038	23.630
Receita com corretagem	40.038	23.630
Receita líquida com venda de produtos	22.286	22.286
Rece		



☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

7. RESULTADO COM PERDAS POR IMPAIRMENT DE ATIVOS FINANCEIROS

	2019	2018
(Constituição) de impairment sobre operações de liquidação duvidosa	(10.657)	(77.205)
(Constituição)/Reversão de impairment sobre ativos não correntes mantidos para a venda	25.237	13.960
Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo	32.871	57.042
Prejuízo na venda de ativos não correntes mantidos para a venda	(7.386)	(9.598)
Total	40.065	(15.801)

8. DESPESAS DE PESSOAL

	2018	2019
Proventos	(57.587)	(55.347)
Encargos sociais	(19.250)	(20.218)
Outros benefícios dos funcionários	(10.950)	(10.910)
Treinamento	(1.701)	(900)
Remuneração de estagiários	(243)	(241)
Total	(89.731)	(87.616)

9. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Individuais		Consolidadas	
	2019	2018	2019	2018
Despesas de serviços de terceiros	(121)	–	(36.833)	(24.060)
Despesas de serviços técnicos especializados	(224)	–	(19.729)	(18.323)
Despesas de processamento de dados	(16)	–	(12.735)	(8.054)
Despesas de gravame	–	–	(7.802)	(5.515)
Despesa de comissão de fiança	(4)	–	(5.619)	(4.920)
Despesa de remarketing	–	–	(5.222)	(7.670)
Despesas de aluguel	–	–	(4.395)	(4.297)
Despesas de promoções e relações públicas	–	–	(2.690)	(2.487)
Despesas de serviços do sistema financeiro	–	–	(2.139)	(750)
Despesas de comunicações	–	–	(2.099)	(2.328)
Despesas com depreciação e amortização	–	–	(2.086)	(1.226)
Despesas de viagem	–	–	(1.777)	(1.896)
Despesa de notificação, emolumentos e cartorárias	–	–	(1.173)	(1.456)
Despesas de propaganda e publicidade	(97)	–	(922)	(1.066)
Despesas de seguros	–	–	(478)	(72)
Outras despesas administrativas	(112)	(838)	(8.626)	(8.608)
Total	(574)	(838)	(114.325)	(92.728)

10. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Individuais		Consolidadas	
	2019	2018	2019	2018
Despesas tributárias	(58)	–	(43.373)	(24.244)
Despesa com provisões de contingências	(937)	–	(36.486)	(37.809)
Reversão com provisões de contingências	68	–	14.299	11.033
Atualizações de depósitos judiciais	1.591	–	7.982	10.933
Risk sharing agreement	–	–	(3.920)	5.152
Provisão de desconto sobre duplicatas liquidadas antecipadamente	–	–	–	(9.713)
Despesas de venda	–	(12)	–	(12)
Receita com levantamento de depósitos judiciais	14.475	–	14.475	–
Outras receitas/(despesas) operacionais	(695)	(1.248)	3.993	(6.030)
Total	14.444	(1.260)	(43.030)	(50.690)

11. VALOR JUSTO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Determinação do valor justo e hierarquia do valor justo

O Grupo Financeiro Mercedes-Benz utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para o mesmo instrumento;
- Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização nos quais todos os *inputs* significativos são baseados em dados observáveis do mercado; e
- Nível 3: técnicas de valorização nas quais os *inputs* significativos não são baseados em dados observáveis do mercado.

	2019					
	Individuais		Consolidadas			
	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total	
Ativos	27.471	27.471	645	66.487	67.132	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	–	–	–	6.001	6.001	
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	27.471	27.471	–	60.486	60.486	
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	–	–	645	–	645	
Passivos	–	–	–	(3.996)	(3.996)	
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	–	(3.996)	(3.996)	

	2018			
	Individuais		Consolidadas	
	2019	2018	2019	2018
Ativos	15.594	15.594	508	88.346
Aplicações em depósitos interfinanceiros	–	–	–	8.306
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	15.594	15.594	–	80.040
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	–	–	508	–
Não houve transferências de ativos ou passivos financeiros entre os níveis no período. As técnicas de valorização incorporam estimativas sobre as premissas que um participante de mercado utilizaria para valorizar os instrumentos.				

b. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) ativos financeiros ao custo amortizado ou (b) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

As metodologias adotadas para definição do valor de mercado visam atualizar os ativos, integrantes da carteira, por uma estimativa mais próxima possível dos valores praticados no mercado financeiro. O preço de mercado é obtido através de desconto de fluxos de amortizações e pagamentos de juros futuros com taxas e cotações divulgadas pela ANBIMA e B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

c. Valor justo

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros do Grupo.

	2019		2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Individuais	28.031	28.031	20.251	20.251
Ativos financeiros	560	560	4.657	4.657
Caixa e equivalentes de caixa	–	–	–	–
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	27.471	27.471	15.594	15.594
Total	28.031	28.031	20.251	20.251

	2019			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Consolidadas	12.377.387	13.040.822	9.412.778	9.572.742
Ativos financeiros	89.891	89.891	100.044	100.044
Caixa e equivalentes de caixa	–	–	–	–
Ativos financeiros ao custo amortizado	12.226.365	12.889.800	9.232.114	9.392.078
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	60.486	60.486	80.040	80.040
Títulos e valores mobiliários	645	645	580	580
Passivos financeiros	(10.512.940)	(10.512.940)	(7.936.721)	(7.936.721)
Depósitos	(7.132.523)	(7.132.523)	(3.032.878)	(3.032.878)
Obrigações por empréstimos e repasses	(3.056.339)	(3.056.339)	(4.190.142)	(4.190.142)
Títulos de dívidas emitidos	(320.082)	(320.082)	(713.701)	(713.701)
Instrumentos financeiros derivativos	(3.996)	(3.996)	–	–
Total	1.864.447	2.527.882	1.476.057	1.636.021

Os montantes de valor justo apresentados no quadro acima representam as melhores estimativas do Grupo Financeiro Mercedes-Benz baseadas em uma série de metodologias e premissas.

Em geral, o valor contábil de instrumentos financeiros de curto prazo não contabilizados a valor justo, incluindo valores a pagar e/ou a receber gerados no curso normal do negócio, se aproximam do valor justo, considerando o período relativamente curto entre sua origem e expectativa de realização.

O valor justo da rubrica empréstimos e recebíveis é apurado através do cálculo do valor presente do fluxo financeiro futuro da carteira de operações de crédito na data-base de fechamento. A taxa utilizada para o cálculo corresponde à taxa média contratada nas operações concedidas no mês de fechamento do exercício.

Para depósitos de instituições financeiras, de clientes e títulos de dívida emitidos, o valor justo dos recursos a taxas fixas com vencimentos preestabelecidos foi calculado mediante os fluxos de caixa descontados nas condições contratuais e às taxas de títulos prefixados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão na data-base de balanço. Para os recursos a taxas variáveis, o valor justo foi considerado aproximadamente equivalente ao valor contábil.

Quando a obrigações por empréstimos e repasses, os valores justos foram calculados mediante os fluxos de caixa descontados pelas taxas médias de *funding* do portfólio.

12. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Individuais		Consolidadas	
	2019	2018	2019	2018
Disponibilidades	560	4.657	83.890	91.738
Aplicações interfinanceiras de liquidez ¹	–	–	6.001	8.306
Total	560	4.657	89.891	100.044

¹Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias, liquidez imediata e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Grupo Financeiro Mercedes-Benz, através do Banco, se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às necessidades de sua operação, classificando as posições próprias em destinadas a *hedge* de fluxo de caixa. A estratégia de *hedge* das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pela Administração.

Riscos

Os principais riscos, inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios do Banco são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a: (a) Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de títulos ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados; (b) Desvalorização, redução de rendimentos e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; (c) Reestruturação de instrumentos financeiros; ou (d) Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.

Os contratos de *swaps* registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão estão sujeitos ao risco de crédito caso a contraparte não tenha capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais.

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma Instituição Financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de fatores de riscos, tais como taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de *commodities*, entre outros.

O risco de liquidez é definido pela:

- Possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

a. Composição da carteira de derivativos

Hedge de fluxo de caixa

Para proteger os fluxos de caixa futuros contra a exposição ao risco de variações na taxa de juros variável (CDI), o Banco adquiriu contrato de *swap* no mercado de balcão, registrado na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão.

Swap	Local de negociação	Início	Vencimento	2019		
				Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Posição Ativa						
- DI	Balcão - Instituições financeiras	28/05/2019	28/05/2020	300.000	310.103	310.103
Posição Passiva						
- Pré						
Diferencial a pagar				(1.459)	(3.996)	

b. Ganhos e perdas no resultado dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

Hedge de fluxo de caixa	Instrumento financeiro	Vencimento	Valor de referência	2019	
				Parcela efetiva acumulada	Parcela inefetiva acumulada
Instrumento de hedge	Swap - DI x Pré	28/05/2020	300.000	(1.459)	(2.537)
Item objeto de hedge	financeiras	04/12/2020	300.000	(10.735)	–

14. ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

a. Composição da carteira

	2019		2018	
	2019	2018	2019	2018
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro	12.633.145	9.664.489	12.408.241	9.480.261
Operações de crédito	190.751	184.228	34.153	–
Operações de arrendamento	(406.780)	(432.375)	(402.477)	(419.345)
Operações de crédito	(4.303)	(13.030)	–	–
Operações de arrendamento	–	–	–	–
Total de ativos financeiros ao custo amortizado	12.226.365	9.232.114	12.005.764	8.960.916

¹Créditos a receber da Mercedes-Benz do Brasil Ltda. referente à venda de Crédito de Prejuízo Fiscal, homologada pela Receita Federal do Brasil em 2019. O montante de R\$ 33.924 foi pactuado de maneira onerosa, sendo corrigida mensalmente por indicadores econômicos.

b. Composição de títulos e valores mobiliários por meio de outros resultados abrangentes

	2019			2018		
	Vencimento	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Carteira Própria - Disponível para a venda						
Fundo Garantidor para Investimentos - FGI	Sem vencimento	355	645	290	355	580
Total		355	645	290	355	225

16. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

a. Posição patrimonial das controladas

	Banco		Assessoria		Consórcio	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	51.998	68.922	37.321	26.150	12	11
Ativos financeiros	12.276.391	9.297.140	–	–	–	304
Ativos fiscais	453.505	439.706	13.594	11.290	–	–
Ativos tangíveis	9.923	6.372	8	9	–	–
Ativos intangíveis	16	44	9.702	9.702	–	–
Outros ativos	207.972	229.119	8.290	6.322	807	800
Total do ativo	12.999.805	10.041.303	68.915	53.473	819	1.115
Passivos financeiros	10.529.306	7.936.721	–	–	–	–
Provisões	274.456	255.995	4.468	4.925	–	–
Obrigações fiscais	135.503	105.933	9.986	5.159	–	6
Outros passivos	102.278	78.967	8.340	7.264	1.124	1.302
Patrimônio líquido	1.958.262	1.663.687	46.121	36.125	(305)	(193)
Total do passivo	12.999.805	10.041.303	68.915	53.473	819	1.115
Resultado bruto da intermediação financeira	576.660	464.702	41.395	24.800	3	29
Outras receitas/despesas operacionais	(206.903)	(232.137)	(13.873)	(11.480)	(115)	(1.086)
Imposto de renda e contribuição social	(73.811)	(96.756)	(9.151)	(4.504)	–	–
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	295.946	135.809	18.371	8.816</		



☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

20. DEPÓSITOS

Instrumento	Indexador	Contraparte	Remuneração		Valor da operação		Custo atualizado	
			2019	2018	2019	2018	2019	2018
Depósitos a prazo	Pós-fixado	Fundos	de 104% do CDI	486.200	-	486.567	-	-
		Pessoa Jurídica	de 95% até 100% do CDI	881.345	764.081	925.194	781.485	-
	Prefixado	Fundos	de 5,72% a.a. até 7,32% a.a.	1.281.787	-	1.331.172	-	-
Depósitos Interfinanceiros	Pós-fixado	Instituição Financeira	de 105,5% até 119% do CDI	668.000	1.647.000	668.661	1.650.192	-
		Prefixado	Instituição Financeira	de 5,04% a.a. até 7,48% a.a.	3.655.000	600.000	3.720.929	601.201
Total				6.972.332	3.011.081	7.132.523	3.032.878	

21. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Programas	Indexador	Remuneração a.a.	2019		2018	
			2019	2018	2019	2018
FINAME	Pós-fixado	de 0,00% a.a. até 19,79% a.a.	559.635	1.235.637	-	-
		de 6,47% a.a. até 9,60% a.a. + TJLP de 1,78% a.a. até 16,64% a.a. + TJLP + SELIC de 8,72% a.a. até 9,26% a.a. + TLP + SELIC	231.647	165.509	236.016	379.985
REFROTA	Pós-fixado	de 3,12% a.a. até 5,51% a.a. + TLP	1.086.423	887.103	73.533	54.286
		de 6,60% a.a. até 7,38% a.a. + TR	231.647	165.509	1.086.423	887.103
Total			3.056.339	4.190.142	4.190.142	4.190.142

22. TÍTULOS DE DÍVIDAS EMITIDOS

São obrigações por emissão de letras financeiras, com prazo mínimo de vencimento de 24 meses com taxa média de juros pós-fixada de 102,75% a 103,0% do DI. Os títulos estão registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

No país	Emissão	Valor da operação	Vencimento	2019	2018
LF- pós	30/11/2018	300.000	04/12/2020	320.082	301.525
LF- pós	13/12/2017	300.000	18/12/2019	-	320.774
LF- pós subordinada	22/11/2013	50.000	22/11/2019	-	91.402
Total				320.082	713.701

23. PROVISÕES

a. Composição das provisões

O Grupo Financeiro Mercedes-Benz, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência passada referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	Individuais			
	2019		2018	
	Provisões	Depósitos	Provisões	Depósitos
Outras	148	-	1.994	191
Fiscais	3.228	5.224	2.440	4.150
Federais	3.228	5.224	2.440	4.150
IRPJ	-	-	969	-
CSLL	1.823	3.493	891	3.493
PIS	1.405	1.731	580	657
Total de provisões de contingências	3.376	5.224	4.434	4.341

	Consolidadas			
	2019		2018	
	Provisões	Depósitos	Provisões	Depósitos
Cíveis¹	46.087	6.549	45.437	8.925
Trabalhistas²	46.325	1.785	47.590	1.849
Outras	240	92	2.086	283
Fiscais³	189.648	178.879	170.241	172.192
Federais	176.810	178.856	170.241	171.768
INSS	-	49	231	49
PIS	25.669	25.995	24.003	24.080
COFINS	149.318	149.319	144.147	144.146
IRPJ	-	-	969	-
CSLL	1.823	3.493	891	3.493
Municipais	12.838	23	424	424
ISS	12.838	23	-	424
Total de provisões de contingências	282.300	187.305	265.354	183.249

¹ Referem-se a ações judiciais de caráter indenizatório por dano material e/ou moral e revisionais a questionamentos dos clientes nas cláusulas contratuais das operações de crédito e multas e IPVA não pagos.

² Referem-se à provisão para processos movidos, em sua grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolve substancialmente indenizações, horas extras, adicional de função, equiparação salarial bem como seus reflexos.

³ Referem-se, a provisão com: a) PIS sobre as receitas não decorrentes da prestação de serviços, b) COFINS sobre as receitas não decorrentes da prestação de serviços.

b. Movimentação das provisões

	Individuais			
	2019			
	Saldo inicial	Constituição	Realização	Saldo final
Outras	1.994	148	(1.994)	148
Fiscais - federais	2.440	1.757	(969)	3.228
IRPJ	969	-	(969)	-
CSLL	891	932	-	1.823
PIS	580	825	-	1.405
Total	4.434	1.905	(2.963)	3.376

	Consolidadas			
	2019			
	Saldo inicial	Constituição	Realização	Saldo final
Outras	5.022	22	(3.050)	1.994
Fiscais - federais	1.633	903	(96)	2.440
IRPJ	1.053	12	(96)	969
CSLL	-	891	-	891
PIS	580	-	-	580
Total	6.655	925	(3.146)	4.434

	Consolidadas			
	2019			
	Saldo inicial	Constituição	Realização	Saldo final
Cíveis	45.437	10.797	(10.147)	46.087
Trabalhistas	47.590	21.944	(23.209)	46.325
Outras	2.086	148	(1.994)	240
Fiscais - federais	170.241	7.769	(1.200)	176.810
INSS Expatriados	231	-	(231)	-
PIS	24.003	1.666	-	25.669
COFINS	144.147	5.171	-	149.318
IRPJ	969	-	(969)	-
CSLL	891	932	-	1.823
Fiscais - municipais	-	12.838	-	12.838
ISS	-	12.838	-	12.838
Total	265.354	53.496	(36.550)	282.300

	Consolidadas			
	2018			
	Saldo inicial	Constituição	Realização	Saldo final
Cíveis	44.107	5.979	(4.649)	45.437
Trabalhistas	41.291	26.600	(20.301)	47.590
Outras	5.204	22	(3.140)	2.086
Fiscais - federais	163.036	7.301	(96)	170.241
INSS Expatriados	231	-	-	231
PIS	23.109	894	-	24.003
COFINS	138.643	5.504	-	144.147
IRPJ	1.053	12	(96)	969
CSLL	-	891	-	891
Total	253.638	39.902	(28.186)	265.354

c. Contingências ativas e passivas não provisionadas

As contingências passivas relevantes avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de riscos possíveis, não reconhecidas contabilmente estão apresentadas abaixo:

	Individuais		Consolidadas	
	2019	2018	2019	2018
Cíveis¹	-	-	1.587	774
Litígios fiscais e tributários ²	53.375	52.901	69.958	68.447
Trabalhistas ³	-	-	479	4.010
Total	53.375	52.901	72.024	73.231

¹ Referem-se a ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito, no montante de R\$ 1.587 (2018 - R\$ 774).

² Referem-se, basicamente a questões tributárias envolvendo Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$ 25.270 (2018 - R\$ 24.273); autos de infração da Receita Federal, referente a desmutualização das ações CETIP referente ao ano de 2008 no montante de R\$ 1.716 (2018 - R\$ 1.611); PIS e COFINS devidos entre dezembro de 2001 e fevereiro de 2004, cujo recolhimento foi declarado como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal no valor de R\$ 18.335 (2018 - R\$ 18.148); e compensação de IOF pago em virtude do cumprimento da Lei nº 8.033/90 que posteriormente foi julgada inconstitucional, por não se tratar de imposto sobre efetivas operações, mas sim sobre o patrimônio da companhia, no montante de R\$ 24.637 (2018 - R\$ 24.415).

³ Referem-se à provisão para processos movidos, em sua grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolve substancialmente indenizações, horas extras, adicional de função, equiparação salarial bem como seus reflexos, no montante de R\$ 479 (2018 - R\$ 4.010).

24. OUTROS PASSIVOS

	Individuais		Consolidadas	
	2019	2018	2019	2018
Provisão para despesas de pessoal	-	83	40.390	36.044
Outras despesas administrativas	320	253	26.844	28.142
Cobrança a processar	-	-	14.612	-
Outros passivos	1.318	14.573	31.544	38.256
Total	1.638	14.909	113.380	102.442

25. ATIVOS E OBRIGAÇÕES FISCAIS

a. Conciliação da despesa total de impostos

A conciliação entre a despesa de imposto e o lucro contábil apurado pela alíquota de imposto para o exercício findo em 31 de dezembro é a seguinte:

	Individuais		Consolidadas	
	2019	2018	2019	2018
Instituições financeiras	-	-	359.658	249.859
Instituições não financeiras	329.120	190.734	42.438	59.429
Ajustes de IFRS	-	-	9.986	(17.294)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	329.120	190.734	412.082	291.994

	Individuais		Consolidadas	
	2019	2018	2019	2018
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15% respectivamente	-	-	(147.902)	(93.026)
Contribuição social a alíquota 5%	-	-	-	(11.628)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9% respectivamente	(111.901)	(64.850)	(14.429)	(20.207)
Encargo total de imposto de renda e contribuição social	(111.901)	(64.850)	(162.331)	(124.861)

Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos

	2019	2018	2019	2018
Adições temporárias e definitivas	(1.210)	48.679	(130.993)	(169.827)
Exclusões temporárias e definitivas	107.774	-	154.843	176.034
Superveniência/insuficiência de depreciação PAT e adicional do IR	24	384	1.005	1.542
Compensação/constituição de prejuízo fiscal e base negativa	-	-	759	899
Provisão diferida sobre SELIC - depósito judicial	-	-	-	893
Ajuste provisão em exercícios anteriores	-	(795)	-	(441)
Baixa imposto na fonte 2018	-	-	(28)	(220)
Imposto de renda e contribuição social corrente do exercício	(5.313)	(16.582)	(137.458)	(114.122)

	2019	2018	2019	2018
Exclusões temporárias	264	-	19.722	(674)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes de IFRS	-	-	(4.495)	7.783
Superveniência/insuficiência de depreciação	-	-	713	(1.859)
Provisão diferida sobre SELIC - depósito judicial	-	-	-	(893)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social ¹	-	-	33.507	(8.077)
Imposto de renda e contribuição social diferido do exercício	264	-	49.447	(3.720)

	2019	2018	2019	2018
Imposto de renda e contribuição social total do exercício	(5.049)	(16.582)	(88.011)	(117.842)
Lucro líquido do exercício	324.071	174.152	324.071	174.152

¹ Conforme artigo 32 da Emenda Constitucional nº 103/19, a contribuição social do crédito tributário, de bancos de qualquer espécie, com realização a partir de 1º de março de 2020, deve ser constituída à alíquota de 20%. Essa alteração gerou um impacto de R\$ 38.400 no exercício de 2019 nos créditos tributários calculados pelas expectativas de realização.

b. Composição de impostos e contribuições a compensar

	Individuais		Consolidadas	
	2019	2018	2019	2018
Antecipações de impostos e contribuições a compensar	201	932	39.921	33.685
Impostos e contribuições a restituir de exercícios anteriores	-	-	21.004	29.124
Impostos e contribuições a compensar de exercícios anteriores	1.033	-	3.755	1.475
Imposto de renda retido na fonte	146	-	1.189	724
Total	1.380	932	65.869	65.008

c. Composição de obrigações com impostos e contribuições

	Individuais		Consolidadas	
	2019	2		



☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

As principais rubricas relacionadas aos dados contábeis constantes do balanço patrimonial e demonstração do resultado estão demonstradas a seguir:

Ativos financeiros	2019			2018		
	Varejo	Atacado	Total	Varejo	Atacado	Total
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro	9.826.380	2.806.765	12.633.145	7.377.038	2.287.451	9.664.489
(-) Provisão para perda esperada	(316.404)	(90.376)	(406.780)	(293.618)	(138.757)	(432.375)
Total líquido de operações de crédito e arrendamento financeiro	9.509.976	2.716.389	12.226.365	7.083.420	2.148.694	9.232.114
Resultado						
Receita com juros e similares	1.006.372	211.964	1.218.336	761.509	193.229	954.738
Receita líquida de comissões	-	40.038	40.038	-	23.630	23.630
Receita na venda de produtos	-	-	-	-	22.286	22.286
Despesas com juros e similares	(498.056)	(141.897)	(639.953)	(369.102)	(119.764)	(488.866)
Custo do produto vendido	-	-	-	-	(18.941)	(18.941)
Resultado líquido de juros e similares	508.316	110.105	618.421	392.407	100.440	492.847
Perdas por <i>impairment</i> de ativos financeiros, líquidas de recuperações	30.435	9.630	40.065	83.009	(98.810)	(15.801)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	363.041	49.041	412.082	310.844	(18.850)	291.994

Na determinação de algumas rubricas como o lucro operacional, determinados componentes como despesas gerais e administrativas são alocados em cada segmento através de rateios, em função, substancialmente do portfólio dos dois segmentos.

29. GESTÃO DE RISCOS

a. Introdução

Conforme a Resolução nº 3.721/09 do Banco Central do Brasil o Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A., define Risco de Crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Para medir, monitorar e mitigar a exposição a riscos de crédito o Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A., implantou estrutura de tamanho compatível com a natureza de suas operações, cujo processo de gestão envolve a contínua e integrada análise da evolução de sua carteira de crédito e outros compromissos de créditos assumidos.

Diretrizes organizacionais

A estrutura de Gerenciamento de Riscos de Crédito está orientada pela regulamentação local e pelas políticas de crédito distribuídas por sua Matriz que definem os requerimentos e padrões mínimos para realizações de operações de crédito e condução dos mais relevantes processos deste ciclo, visando a uma consistência na abordagem de crédito dentro do Grupo Daimler.

Metodologia

A metodologia para medição, monitoramento e mitigação dos riscos de crédito inclui:

- Análises de crédito baseadas em ferramentas estatística/julgamental utilizadas de acordo com o tamanho de crédito e monitoradas para confirmação de seu poder preditivo;
- Estabelecimento de limites para a realização de operações de crédito;
- Sistemas para avaliação constante da evolução da carteira de crédito, tanto em nível individual quanto integrado das operações, sob diversas óticas de integração;
- Procedimentos para recuperações de crédito;
- Compatibilização do nível de provisionamento com o risco de crédito assumido, e adequação aos níveis de Patrimônio de Referência exigidos pela regulamentação;
- Testes de estresse para medições de efeitos nos principais indicadores de desempenho da instituição sob condições extremas de mercado;
- Emissão de relatórios gerenciais periódicos aos diversos níveis de gestão acerca das operações expostas ao risco de crédito.

Papéis e responsabilidades

A governança do Gerenciamento de Risco de Crédito é efetuada pelo departamento de Gerenciamento de Riscos sob a supervisão da Diretoria da instituição, que zela pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos. **Diretoria** - Responsável em acompanhar os resultados das atividades de gerenciamento do risco de crédito do Conglomerado Financeiro Mercedes-Benz do Brasil sempre visando o aprimoramento do ambiente de controles e sua devida mitigação. É também responsável pela aprovação e implantação da estrutura de gerenciamento do risco de crédito, incluindo as políticas, processos e procedimentos, mantendo uma forte cultura de controle dos indicadores de desempenho do ciclo de crédito.

Gerenciamento de Riscos - Responsável pelo monitoramento do risco de crédito, através da normatização dos métodos e geração de relatórios para identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco de crédito e sua respectiva divulgação aos devidos níveis de gestão. Também responsável pela medição do nível de provisionamento da carteira para cobertura do risco da empresa.

Segregação de função

As funções de vendas e crédito são segregadas, assegurando duas óticas independentes no processo de gerência de risco e decisão de crédito. A área de negócios é responsável pela aquisição de novos negócios, enquanto que a área de crédito avalia o risco da solicitação de crédito feita pela área de vendas.

Políticas, estratégias e mensuração

As políticas relacionadas ao processo de concessão do crédito e cobrança do Banco Mercedes-Benz estabelecem as regras definidas e aprovadas pela Matriz e abrangem os seguintes aspectos: informações cadastrais, capacidade de pagamento do cliente, tipo de produto, prazo da operação, percentual de entrada, tipo de garantia, modelos estatísticos, análise julgamental, ações de cobrança e indicadores.

Concessão e aprovação do crédito

Nenhum crédito deve ser concedido sob avaliação de um único aprovador. As operações de crédito devem ser aprovadas por pelo menos dois aprovadores, um dos quais deve, obrigatoriamente, pertencer à área de crédito.

Exceções a esta regra se aplicam apenas para créditos analisados pelo Retail. As aprovações são baseadas no sistema de atribuição de pontos (scoring) ou aprovações manuais feitas pelo gerente de crédito ou analistas Retail.

Exposição máxima ao risco de crédito

A exposição máxima ao risco de crédito, demonstrada abaixo, não considera garantias obtidas ou melhorias de crédito que não se qualificam para compensação.

	2019	2018
Disponibilidades	83.890	91.738
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.001	8.306
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro	12.226.365	9.232.114
Títulos e valores mobiliários	61.131	80.620
Total	12.377.387	9.412.778

O quadro abaixo demonstra a concentração da carteira de crédito por setor econômico:

	2019	2018
Outros serviços	8.105.872	5.980.362
Comércio	3.446.885	2.688.716
Indústria	237.362	210.344
Pessoas físicas	436.246	352.692
Total	12.226.365	9.232.114

O quadro abaixo demonstra a exposição dos 10 maiores clientes:

	2019	2018
Exposição	2.698.892	2.204.487
% sobre a carteira total	22,07%	23,88%

Execução de bens em garantias

O Departamento Jurídico do Banco é a área responsável pela abertura e administração da ação de busca e apreensão dos bens atrelados às operações de crédito em atraso, acionando legalmente os inadimplentes para liquidação dos valores devidos através da retomada e venda dos bens, em leilão público ou venda direta para a rede de concessionários e compradores.

Durante o exercício de 2019 os bens retomados pelo Grupo atingiram o montante de R\$ 40.331 (2018 - R\$ 55.578).

O quadro a seguir apresenta o valor contábil dos ativos financeiros cujos termos foram renegociados.

	2019	2018
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro	394.940	583.031
Total	394.940	583.031

b. Risco de liquidez

É a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O processo de gerenciamento do risco de liquidez contempla o acompanhamento da composição dos recursos disponíveis, o cumprimento do nível mínimo de liquidez e do plano de contingência para situações de estresse. Este processo visa utilizar as melhores práticas de maneira a evitar escassez de caixa e dificuldades em honrar os vencimentos a pagar.

Relatórios gerenciais e regulatórios

O Banco adotou sistemas, metodologias e modelos baseados nas melhores práticas de mercado.

Informações com a situação de exposição ao risco de liquidez e indicação de limites operacionais são geradas e analisadas pela área de gerenciamento de riscos, que os mantém em arquivo para referência futura.

Os procedimentos para execução e distribuição dos relatórios estão claramente documentados através de políticas e procedimentos disponíveis a todos os níveis da instituição.

Relatório diário de fluxo de caixa

Este relatório tem por objetivo a mensuração da evolução do saldo de liquidez no próximo período de 90 dias. O relatório é composto da expectativa de entradas e saídas de caixa para o período, indicando em quais momentos do período há eminente risco de flutuação de liquidez abaixo do nível de segurança estipulado.

As variações dos valores projetados são acompanhadas diariamente pela Tesouraria e monitorados pela área de Riscos, mensalmente através de testes de aderência do fluxo projetado anteriormente e diariamente, através de recebimento do e-mail da tesouraria com a movimentação realizada.

Todas as ocorrências de liquidez abaixo do nível de segurança são informadas ao comitê na reunião seguinte ao fato.

Plano de contingências de liquidez

O Banco deverá recorrer a seu plano de contingência caso venha a enfrentar algum tipo de problema de liquidez inesperado junto ao mercado financeiro brasileiro. Depois de utilizadas todas as linhas de captação interbancárias disponíveis, o Banco deverá iniciar o processo de emissão de Certificados de Depósitos Bancários ou Letras Financeiras a contrapartes já aprovadas pela Matriz tais como: *Assets*, Fundos de Pensão ou outros tipos de investidores qualificados, incluindo a Mercedes-Benz do Brasil Ltda. Assim que o plano de contingência de liquidez for acionado, a Diretoria deverá se reunir

para decidir sobre a continuidade de realização de novas operações de financiamento. Enquanto isso, o Banco não deverá conceder nenhum novo empréstimo sem a aprovação do CFO ou preposto da diretoria financeira até que o nível de segurança estipulado retorne ao mínimo recomendado.

Caberá então à diretoria da empresa verificar se as condições de mercado exigirão ações adicionais como solicitação de aporte de capital ou solicitação de empréstimos junto à matriz ou empresa controladora no Brasil.

O plano de contingências será acionado somente após a decisão em ata do Comitê de Riscos.

Back-Testing

O objetivo do Back-Testing (testes de aderência) é testar a validade e robustez do modelo utilizado para estimar o risco de liquidez. Os testes visam rever procedimentos e limites para a adequação de fluxo de caixa, de acordo como os resultados obtidos.

• Os testes de aderência são realizados mensalmente através da comparação da movimentação realizada nos últimos 30 dias (mês anterior) em relação à movimentação projetada para o mesmo período.

Papéis e responsabilidades

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez possui uma estrutura compatível com a natureza de suas operações e tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição aos riscos.

O BMB definiu uma estrutura para gerenciamento de risco de liquidez centralizada e independente que se reporta diretamente ao Comitê de Risco de Liquidez que é composto por:

Membros Votantes:

- Diretor Presidente
- CFO

Membros de Apoio:

- Gestor de Gerenciamento de Riscos
- Gestor de Tesouraria

Gestor da mesa de operações da Mercedes-Benz do Brasil

O comitê reúne-se semestralmente de forma ordinária, sendo convocado para reuniões extraordinárias sempre que o acompanhamento diário do mercado indicar tendência de aumento da exposição a perdas.

As reuniões estão baseadas em políticas e procedimentos aprovados pelo comitê, que abrangem os seguintes tópicos:

- Diretrizes organizacionais
- Metodologias
- Modelos para medição, monitoramento e controle de exposição.

- Limites operacionais
- Relatórios gerenciais e regulatórios

Limites operacionais

Os limites operacionais são aprovados em Comitê e são periodicamente revistos pela área de Gerenciamento de Riscos. Estes limites têm por finalidade permitir à Tesouraria uma atuação transparente, independente e contínua, sendo esta monitorada pela área de Gerenciamento de Riscos.

Diretrizes organizacionais

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez está alinhada com as diretrizes do Daimler Financial Services AG, com o Conselho Monetário Nacional e às regulamentações do Banco Central do Brasil.

O quadro a seguir mostra os passivos financeiros agrupados com base no período remanescente na data do balanço até a data de vencimento contratual.

	2019			Total
	Até 90 dias	Entre 91 e 360 dias	Acima de 360 dias	
Depósitos	1.424.642	3.350.433	2.357.448	7.132.523
Títulos de dívidas emitidos	-	200.082	-	320.082
Obrigações por empréstimos e repasses	361.474	943.230	1.751.635	3.056.339
Total	1.786.116	4.613.745	4.109.083	10.508.944

	2018			Total
	Até 90 dias	Entre 91 e 360 dias	Acima de 360 dias	
Depósitos	1.794.463	606.320	632.095	3.032.878
Títulos de dívidas emitidos	-	412.176	301.525	713.701
Obrigações por empréstimos e repasses	470.347	1.196.799	2.522.996	4.190.142
Total	2.264.810	2.215.295	3.456.616	7.936.721

c. Risco de mercado

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities) detidas por instituição financeira, a exposição aos "riscos de mercado" é motivo de monitoramento diário pela instituição.

Seu processo de gestão envolve a análise de todas as operações que estão sujeitas ao risco de perda financeira oriunda da exposição às variações de taxas ou preços de mercado.

Carteira de negociação

A carteira de negociação é composta por operações com instrumentos financeiros, detidas com intenção de negociação ou destinadas à proteção de outros elementos da carteira de negociação. Para serem classificados nesta carteira, os instrumentos financeiros devem estar disponíveis para negociação antes da data de vencimento da operação.

Consideram-se posições mantidas com a intenção de negociação, as operações realizadas com o propósito de revenda em curto prazo e/ou de beneficiamento através das variações nos preços, reais ou esperadas, em curto prazo ou com o propósito de obter benefícios precedentes de arbitragem, incluindo posições reservadas, posições decorrentes de atendimento ao cliente, manutenção do mercado, entre outras.

Devido à natureza e características de suas operações, assim como seus objetivos de negócio, o Banco não possui operações integrantes da carteira de negociação. Entretanto, caso seja necessário, o Banco poderá realizar operações que se enquadrem nas condições anteriormente especificadas, devendo obter previamente a aprovação da tesouraria na matriz, na Alemanha.

Operações fora da carteira de negociação

As operações mantidas até a sua data de vencimento, sem intenção de negociação prévia, devem ser classificadas como "fora da carteira de negociação". A mensuração e a avaliação do risco de taxas de juros dessas operações devem ser realizadas considerando-se a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de taxas de juros da instituição.

Os critérios, premissas e procedimentos utilizados no processo de mensuração e avaliação do risco de taxas de juros, das operações não classificadas na carteira de negociação, devem ser consistentes, passíveis de verificação, documentados e estáveis ao longo do tempo.

O Banco tem como natureza de suas atividades prover serviços financeiros destinados ao consumidor final pessoa física e jurídica (Crédito para aquisição de veículos com alienação fiduciária) ou rede de concessionárias (Floorplan para financiamento do estoque de veículos), sendo as captações de recursos no mercado utilizadas com a exclusiva finalidade de "funding" das operações de financiamento, e não da negociação de ativos.

O Banco busca gerenciar a exposição ao risco de mercado abrangendo os principais aspectos que afetam o desempenho de seus ativos financeiros. Com o objetivo de medir, monitorar e controlar a exposição aos riscos de mercado, a instituição implementou estrutura de tamanho compatível com a natureza de suas operações. Esta estrutura se reporta diretamente ao Comitê de Risco de Mercado e Liquidez que é composto por:

Membros Votantes:

- Diretor Presidente;
- CFO.

Membros de Apoio:

- Gestor de Gerenciamento de Riscos;
- Gestor de Tesouraria;
- Gestor da mesa de operações da Mercedes-Benz do Brasil.

O comitê reúne-se semestralmente de forma ordinária, sendo convocado para reuniões extraordinárias sempre que o acompanhamento diário do mercado indicar tendência de aumento da exposição a perdas.

As reuniões estão baseadas em políticas e procedimentos aprovados pelo comitê, que abrangem os seguintes tópicos:

- Diretrizes organizacionais;
- Metodologias;
- Modelos para medição, monitoramento e controle de exposição;

- Limites operacionais;
- Relatórios gerenciais e regulatórios.

A área de gerenciamento de risco de mercado deve monitorar a exposição ao risco de mercado, calculando e analisando tanto para as operações classificadas na carteira de negociação, quanto às operações classificadas fora desta carteira, fornecendo informações que auxiliem a tomada de decisões estratégicas por parte da alta administração.

Diretrizes organizacionais

A estrutura de Gerenciamento de Riscos de Mercado está alinhada com as diretrizes do Daimler Financial Services AG, com o Conselho Monetário Nacional e às regulamentações do Banco Central do Brasil.

Metodologias

O Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A., optou por mensurar e controlar seu risco de mercado utilizando a metodologia *Economic Value Equity* (EVE). O EVE consiste na mensuração do impacto no valor presente do fluxo de caixa de ativos subtraído o valor presente dos fluxos de caixa do passivo considerando choques nas taxas de juros pré-fixadas.

A alocação de capital para cobertura de risco de mercado é realizada através deste modelo.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Modelos para medição, monitoramento e controle de exposição
O Banco Mercedes-Benz e a Mercedes-Benz Leasing adotaram sistemas, metodologias e modelos baseados nas melhores práticas de mercado, que são testados periodicamente quanto à sua eficácia na identificação de exposição ao risco de mercado. Relatórios com situação de exposição ao risco de mercado e indicação de limites operacionais a serem observados são diariamente gerados e analisados pela área de gerenciamento de riscos.

Os procedimentos para medição, monitoramento e controle de exposição e reporte está claramente documentado através de política e procedimento e encontram-se disponíveis a todos os níveis da instituição para consulta através do sistema interno de divulgação de políticas.

Risco de taxa de juros

O risco de mercado está diretamente associado às oscilações de preços dos ativos, o que demanda implantação de processo de medição para gestão ideal.

A metodologia utilizada pelo Banco é o EVE - *Economic Value of Equity*, através do qual se mede a necessidade de alocação de capital. Este método consiste na mensuração do impacto no valor presente do fluxo de caixa dos ativos subtraído do valor presente do fluxo de caixa dos passivos considerando choques nas taxas de juros pré-fixadas e *duration* dos portfólios.

	2019			
	Cenário Normal	+200 bp	+300 bp	-500 bp
EVE - <i>Economic Value of Equity</i>	88,8	177,1	265,7	442,8

Limites operacionais

Os limites operacionais são aprovados em comitê e são periodicamente revistos pela área de Gerenciamento de Riscos. Testes regulares de estresse de carteira são realizados com o objetivo de estimar o impacto gerado por eventuais volatilidades do sistema financeiro. Estes limites têm por finalidade permitir à Tesouraria uma atuação transparente, independente e contínua, sendo esta monitorada diariamente pela área de Gerenciamento de Riscos.

Relatórios gerenciais regulatórios

Os dados gerados para adequada medição, monitoramento e controle de exposição ao risco de mercado são usados na geração de relatórios gerenciais e regulatórios, e arquivados para referência futura.

Os procedimentos para execução e distribuição dos relatórios estão claramente documentados e disponíveis a todos os níveis da instituição.

d. Risco operacional

A definição de risco operacional adotada pelo Banco é a seguinte:

"Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Esta definição inclui o risco legal, mas exclui o risco estratégico, de imagem e de reputação."

Em conjunto com esta definição, o Banco utiliza as seguintes categorias para classificação dos riscos operacionais:

- Fraudes internas;
- Fraudes externas;
- Relações Trabalhistas;
- Processos;
- Danos a Ativos;

Estrutura organizacional e metodologia

Na estrutura organizacional atual, as atividades de gerenciamento de risco operacional estão sob responsabilidade da área de Gerenciamento de Riscos, subordinada à Diretoria Financeira, e com linha de reporte para o Comitê de Risco Operacional. O Diretor Presidente foi definido como o responsável por assuntos relacionados ao gerenciamento do risco operacional perante o Banco Central do Brasil.

As áreas de negócio, através de seus gestores e dos representantes de risco operacional, gerenciam constantemente este risco. A governança do risco operacional é efetuada pelo departamento de Gerenciamento de Riscos, com a supervisão do Comitê de Risco Operacional, que é responsável pela aprovação da política, dos procedimentos, da estrutura e da metodologia a ser utilizada, sempre zelando pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos da instituição.

A seguir encontre o detalhamento das atribuições e responsabilidades dos envolvidos no processo.

Comitê de risco operacional

O Banco Mercedes-Benz constituiu, dentro de sua estrutura de gerenciamento de riscos, um Comitê específico para tratar os assuntos relacionados a risco operacional.

Este comitê é composto da seguinte forma:

Membros votantes:

- Diretor Presidente
 - Diretor Financeiro
 - Diretor de Crédito
 - Diretor de Operações
 - Diretor Comercial
- </

Daimler Mobility

DAIMLER MOBILITY BRASIL HOLDING S.A.
Nova Denominação da Starexport Trading S.A.
CNPJ: 54.646.419/0001-44



☆ continuação

DIRETORIA

CHRISTIAN HENDRIK SCHUELER
Diretor

DIEGO FERNANDO MARIN
Diretor

DIEGO JULIO NOVELLINO
Diretor

MARCELO FESTUCIA
Diretor

TATIANA YOKAYAMA E SILVA
Diretora

RENATO HIDEO WATANABE
CRC 1SP 119899/O-8

CONTADOR

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Acionista e Diretores da
Daimler Mobility Brasil Holding S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Daimler Mobility Brasil Holding S.A. ("Companhia"), identificadas como "individual" e "consolidado", respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Daimler Mobility Brasil Holding S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma

relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é

maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2020



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marco Antonio Pontieri
Contador - CRC 1SP153569/O-0

www.daimler.com